

Cláudia Madeira

Juventude e Poder Local



Intervenção sobre políticas de juventude e os seus impactos na vida dos jovens no geral e, especificamente, sobre a juventude e o poder local que, no fundo, é o mote deste nosso encontro.

O facto de termos consciência dos problemas e das tendências globais não pode nem deve constituir um inibidor da acção dos jovens ao nível local. Deve, sim, ser um estímulo à actuação, à intervenção local.

E porquê?

Porque ao agirmos localmente obtemos efeitos positivos directos na qualidade de vida de determinado município ou região (onde se vive, trabalha ou estuda), contribuindo para a melhoria das condições globais.

E é aqui que se materializa o princípio de que temos ouvido falar durante este encontro: “Pensar Global/Agir Local”, que acaba por ganhar expressão quando dizemos que a qualidade de vida depende de políticas nacionais, locais e também da intervenção de todos nós.

Verdes/ Jovens/ Agir Local

Porque é que num encontro de autarcas e activistas verdes, sob o lema “ Agir com as populações, defender o poder local” temos uma intervenção sobre a juventude?

Pela nossa identidade, princípios e objectivos, somos um Partido com muitas preocupações e propostas direccionadas para a juventude.

Tem sido constante a intervenção de «Os Verdes» na defesa dos direitos da juventude, o apoio ao movimento e às lutas juvenis, através do trabalho institucional de «Os Verdes» sobre as questões da juventude, com a apresentação de projectos de resolução, e de perguntas sobre questões concretas que afectam diariamente a vida dos jovens. Mas este trabalho e empenho reflectem-se também a nível local, onde está presente essa preocupação e intervenção, a nível de «Os Verdes» e no quadro da CDU.

Por parte da Ecolojovem temos realizado reuniões, encontros e acções por todo o país, de forma a contactar jovens de diferentes regiões e a tomar conhecimento dos problemas que os afectam.

Todos os anos temos realizado Acampamentos de Verão, em diferentes distritos e sob várias temáticas, como por exemplo a defesa da água, a produção nacional, a defesa da Arrábida, contra as assimetrias regionais, em defesa dos direitos dos jovens, entre outros.

Isso tem-nos mostrado que a juventude tem capacidade e vontade de participar na construção de um país melhor.

No entanto, nos últimos anos a juventude portuguesa tem sido confrontada com inúmeros problemas e adversidades que dificultam esta participação e intervenção.

Mas os jovens têm dado provas de que ultrapassam essas dificuldades e que isso até pode servir de incentivo a uma maior intervenção. Porque os jovens não são elementos passivos e meros espectadores do que se passa à sua volta. São agentes de mudança.

Isto, apesar de algumas opiniões e estudos que tentam mostrar o contrário e que tentam desvalorizar e desacreditar a intervenção dos jovens

E, aqui, temos forçosamente que contrariar este discurso de que os jovens estão desinteressados e alheados da política.

Temos sim jovens insatisfeitos, o que é perfeitamente natural e compreensível, com as medidas implementadas pelo actual Governo PSD/CDS, e antes deste, por outros, no sentido de nos roubar qualidade de vida e de nos retirar direitos. As políticas governamentais é que não vão ao encontro dos seus anseios e necessidades.

Mas temos jovens interessados que o demonstram através das mais variadas formas: através de juventudes partidárias, de associações juvenis, desportivas, culturais, de estudantes, do movimento sindical, de manifestações, de movimentos informais – que também assim marcam posição em relação a imensos problemas da nossa sociedade.

Políticas de juventude

A política de juventude, em Portugal, é uma competência directa do Governo.

O direito dos jovens à realização pessoal e colectiva e a uma participação activa na sociedade não se pode separar da garantia dos seus direitos económicos, sociais e culturais, e cabe ao Estado garantir a protecção especial dos jovens para a efectivação destes direitos.

Ou seja, as questões de âmbito mais geral e que se prendem essencialmente com o início da vida activa (educação, habitação, emprego, saúde) recaem directamente sob responsabilidade do Estado, sendo importante, como é óbvio, que as autarquias sejam parceiras neste processo. Não pode é haver uma desresponsabilização do Estado, deixando para as Câmaras competências que não estão, nem poderiam estar atribuídas. Com todos os ataques ao poder local, que já hoje foram várias vezes referidos, as autarquias por vezes têm dificuldade em assegurar o que são as suas competências, pois há um estrangulamento da sua actividade.

O que temos nacionalmente e por responsabilidade dos sucessivos governos é uma ausência de políticas de juventude, o que traz consequências e dificuldades a nível local.

Mas o Poder Local Democrático tem um papel da maior importância no que toca à realização de uma política local de juventude.

E para que a participação dos jovens na vida local e regional seja uma realidade, não basta anunciar, elaborar ou reestruturar políticas.

Todas as políticas que visem promover a participação dos jovens devem respeitar e ter em conta as suas necessidades, circunstâncias e aspirações.

Situação actual

Especialmente numa altura em que é urgente adoptar medidas de apoio aos jovens, o Governo faz exactamente o contrário e investe em medidas brutais que têm conduzido a juventude à pobreza, à instabilidade, à dificuldade em realizar os seus sonhos e aspirações e em organizar a sua vida.

Emprego

O desemprego em Portugal não pára de aumentar, o desemprego jovem atinge já 40%. A precariedade afecta muitos milhares, que vêm a sua vida oscilar entre o emprego e o desemprego, passando muitas vezes por trabalhos temporários, e milhares de jovens são empurrados para a emigração.

Não promoção do emprego em determinados locais faz com que jovens emigrem para outros países ou vão para outras regiões

Ensino

Os custos são cada vez mais elevados, a juntar ao aumento do custo de vida. As propinas aumentam e as bolsas são reduzidas. A Acção Social Escolar está longe de responder às reais necessidades dos estudantes. Há escolas com falta de condições materiais e humanas. Há escolas que têm que privatizar espaços para terem dinheiro para continuarem o seu funcionamento.

Habitação

Área de competência predominante do Poder Central mas as autarquias podem criar e promover programas de apoio à habitação para jovens. – têm que ter vontade e condições

Exs de más políticas: extinção do crédito bonificado, extinção do IAJ e sua substituição pelo Porta 65 Jovem, que continua a apresentar muitas insuficiências.

EPUL (Lisboa) – muito aquém das possibilidades dos jovens e agora o Presidente da CML anunciou a sua extinção, num processo muito pouco claro e apressado

Associativismo

O associativismo juvenil, uma forma privilegiada de intervenção social, cultural e política, que facilita e favorece a participação a nível local, regional, nacional e internacional, tem sido frequentemente alvo de limitações e repressões, prejudicando a actividade e intervenção do movimento associativo juvenil.

Pela importância que tem na vida dos jovens deve ser alvo de investimento, mas em vez disso há cada vez menos apoios.

Associações vêm cada vez mais dificultada a atribuição de apoios, que tardam em chegar e muitas vezes nem são concedidos.

Mobilidade

- reflexo de políticas gerais
- insuficiente rede de transportes públicos
- aumentos constantes dos títulos de transporte, corte passe escolar
- não há verdadeiras alternativas para diminuir uso transporte individual
- (também ensino) - alunos com escolas a quilómetros da sua residência

E por que é que estamos perante esta situação?

Porque estes governantes não estão preocupados com as pessoas e ignoram a realidade do país. A sua preocupação está direccionada para o sistema financeiro e os grandes grupos económicos e ignora o maior potencial do nosso país: as pessoas.

Nós não aceitamos isso, por isso temos sido uma força combativa. Porque basta destas políticas. Está mais do que provado que este sistema não nos leva a lado nenhum e é um falhanço.

Perante este cenário e por todas estas razões, «Os Verdes» e a Ecolojovem são um contributo muito válido e necessário para dar voz aos jovens e contribuir para uma verdadeira mudança, como aliás se tem visto pelo trabalho desenvolvido. E é preciso continuar a reforçar este trabalho.

Numa tentativa de tapar os olhos, os sucessivos governos têm vindo a criar mecanismos que supostamente deveriam servir para definir políticas de juventude e apoiar os jovens.

Mas pegando em três exemplos, facilmente vemos que não é bem assim.

CCJ

O Conselho Consultivo de Juventude (órgão de consulta por parte do membro do governo responsável pela área da juventude, para concertação de políticas nessa área)

- não reflecte o que realmente é necessário para a juventude, sendo óbvio que na prática as medidas implementadas em nada têm em conta as dificuldades e necessidades da juventude.

Livro Branco

O Livro Branco da Juventude propõe uma cooperação nas políticas de juventude, de modo a garantir uma maior integração das questões dos jovens nas políticas sectoriais, nacionais ou europeias, dependendo o seu sucesso do envolvimento das partes interessadas: entidades governativas a nível local, regional e nacional e associações juvenis.

Mas este Livro Branco é um instrumento que representa uma verdadeira mudança nas políticas de juventude? Ou é mais um conjunto de intenções, que pouco ou nada traz e que continua a camuflar os verdadeiros problemas existentes? Na nossa opinião, é isso mesmo, vem camuflar e não vem resolver nada! E o Governo nada tem feito para contrariar isso:

Depois, é curiosa a preocupação do Secretário de Estado da Juventude com catalogação dos jovens portugueses: “geração rasca”; “geração à rasca”; “geração do desenrasca”; “geração casinha dos pais”, referindo-se à carga pejorativa para os jovens e para o enquadramento conjuntural ou estrutural em que os jovens se inserem.

Mas nada é feito para alterar isso, antes pelo contrário!!

Diz ainda “Pretende-se ainda que haja de facto consequências práticas e que seja um virar de página no que às políticas de juventude diz respeito em Portugal.” Mas nada se faz.

Deixem-me ainda partilhar convosco uma situação que se passou numa reunião entre a Ecolojovem e este mesmo Secretário de Estado. Fomos chamados para dar a conhecer as nossas preocupações e propostas. Durante toda a reunião não quiseram saber do que defendíamos e quando mencionámos a Constituição da República, dizem-nos que é muito bonito mas é no papel!!

Impulso Jovem

É um programa de demagogia e propaganda.

Vem o Governo dizer que se trata de um programa de criação de emprego para jovens. Não é nada disso! É um programa de estágios com ordenados baixos e, ao fim de seis meses, vão para a rua. Na melhor das hipóteses arranjam um contrato de curta duração.

Conselhos Municipais de Juventude

Uma das formas de os jovens poderem participar localmente é através dos Conselhos Municipais de Juventude.

Mas como vamos ver as coisas não funcionam bem assim e há alguns aspectos quem devem ser considerados:

1. As associações devem ter disponível um espaço onde possam ser ouvidas pelos municípios, mas não um espaço burocrático e artificial de consulta juvenil.
2. Não podem ser uma tentativa de desresponsabilização do Estado perante o movimento associativo, passando essa responsabilidade para as autarquias.
3. Associações de âmbito nacional, sem sede no concelho apenas podem ser meros observadores, mesmo que tenham uma organização local bastante dinâmica. O facto de conhecerem a realidade de outros municípios podia enriquecer esta experiência.
4. Pretende-se CMJ aberto e participado, sem condicionantes à sua autonomia e representatividade.

Porque é que isto se passa assim, quando este espaço de consulta juvenil para o trabalho autárquico poderia ser uma mais-valia para a política de juventude dos municípios?

Porque o regime jurídico dos CMJ baseia-se num carácter eminentemente burocrático e institucional. Impõe a todos os municípios do país, a mesma fórmula para o envolvimento dos jovens, independentemente da realidade social, demográfica, associativa e económica de cada concelho, contrariando o que é a base e poder local

Contrariando esta ideia, defendemos que os espaços de articulação entre autarquias e movimento juvenil podem ser definidos de forma flexível e pelos próprios municípios.

Na realidade, muitas vezes os CMJ têm servido para tudo menos para aquilo que deveriam estar vocacionados. Não são locais de discussão das políticas de juventude concelhias. São, isso sim, vias de propaganda dos presidentes de Câmara ou dos seus assessores da juventude.

Nalguns concelhos, os CMJ servem quase exclusivamente para dar a conhecer aos seus membros as actividades desenvolvidas para a juventude.

Como é óbvio, esta não é a nossa ideia de participação e tudo faremos para que os jovens tenham realmente um espaço próprio

Conclusão

De tudo isto, podemos concluir que:

- A juventude é uma força do futuro mas também do presente, tanto a nível nacional como local.
- O fortalecimento da democracia passa obrigatoriamente pelos jovens, que para isso têm de ter espaços próprios e a funcionar devidamente. Chega de falsos artifícios que fingem ouvir os jovens
- «Os Verdes» e Ecolojovem estão atentos a estas questões e contam com os contributos de todos, jovens e não só, para uma maior aproximação e participação.
- O sucesso das políticas de juventude passa pelo constante diálogo estruturado.
- Devemos estimular os jovens a reflectir sobre os problemas que os afectam e a discutir e desenvolver propostas de solução para esses problemas.
- Só assim conseguimos chegar a um nº cada vez maior de pessoas. Chegar a essas pessoas, motivá-las, esclarecê-las, formá-las para depois todos juntos, e cada um no seu local, intervir pensando globalmente.

Esta realidade está presente n'Os Verdes" ao incluírem vários jovens nas suas acções no dia-a-dia: campanhas (alterações climáticas, educação, consumir local, água).

Também nos órgãos autárquicos, temos presente a importância de dar voz a esta camada da população, na composição das listas de candidatos e nas campanhas eleitorais onde os jovens, com a Ecolojovem e a Juventude CDU, têm desempenhado um papel relevante.

Este nosso compromisso de acção e interacção não deve ser só entre eleitos ou candidatos, mas também entre os não candidatos, como cidadãos que somos todos. E havendo este ano mais um desafio eleitoral, é necessário estender a influência a novas pessoas e levar a bom porto o projecto de «Os Verdes» e da CDU.

Com todas as ofensivas, é uma grande e difícil desafio, mas é uma excelente oportunidade para sairmos reforçados e sermos uma força de mudança.

Pensar global, agir local!

Porquê?

- Ao agirmos localmente obtemos efeitos positivos directos na qualidade de vida de determinado município ou região contribuindo assim para a melhoria das condições globais.



«Os Verdes» e a **juventude**



- PEV – Um Partido da juventude.
- Defesa dos direitos dos jovens.
- Apoio ao movimento e lutas juvenis.
- Juventude – capacidade e vontade de participar na construção de um país melhor, com um futuro sustentável.
- Jovens não são elementos passivos, mas sim de mudança.
- Políticas governativas não vão ao encontro dos anseios e necessidades dos jovens.



Políticas de juventude

- São uma competência do Governo.
(é importante que haja cooperação com as autarquias)
- Ausência de políticas de juventude.
- Políticas para a participação dos jovens na vida local e regional têm que ser uma realidade e ter em conta as suas especificidades.

Situação actual da juventude



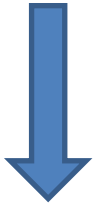
- Especialmente numa altura em que é urgente adoptar medidas de apoio aos jovens, o Governo faz exactamente o contrário.

Instrumentos nacionais para as políticas de juventude

CCJ

(Conselho Consultivo de Juventude)

Não reflecte
as necessidades
da juventude



Medidas implementadas
são desajustadas!

Livro Branco

Instrumento
que representa uma
verdadeira mudança nas
políticas de juventude?



Não

Impulso Jovem

Programa
de precariedade,
instabilidade
e de baixos salários

Conselhos Municipais de Juventude

- Participação a nível local.
- Importante ouvir associações num espaço aberto e participado.

MAS

Há aspectos que têm de ser considerados

1

Não podem ser tentativa de desresponsabilização do Estado.

2

Limitam participação.

3

Condicionam a autonomia e a representatividade.

PORQUÊ?

- Regime jurídico confere aos CMJ um carácter burocrático e institucional.
- Contraria a base do poder local, ignorando as realidades de cada concelho.



- 1 Muitas vezes acabam por ser vias de propaganda dos Presidentes de Câmara .
- 2 Servem quase exclusivamente para dar a conhecer a actividade da autarquia.



Juventude – Força do futuro mas também do presente.

PEV/Ecolojovem – Empenhados numa maior aproximação dos jovens aos órgãos de poder local e nacional.

Fortalecimento da democracia – Passa obrigatoriamente pelos jovens que para isso têm de ter espaços próprios e adequados.

Políticas de juventude – Sucesso passa pelo diálogo constante e estruturado.

